

PARA INGLÊS VER?

RELAÇÕES IGREJA-ESTADO ENTRE O BRASIL E O REINO UNIDO (1964-1985)¹

Graham Gerald McGeoch²

Resumo

Desde a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, as relações entre o governo militar do Brasil e o governo democrático do Reino Unido têm ganho súbito interesse por parte dos parlamentares, da mídia e da sociedade civil. O Relatório Final da CNV assinalou ‘colaboração britânica’ no uso da tortura pelo regime militar brasileiro. Logicamente, o foco do interesse é a relação entre o Estado brasileiro e o Estado britânico, particularmente o papel do *Foreign and Commonwealth Office* (Ministério de Relações Exteriores do Governo Britânico) e do *MI5* (Serviço de Inteligência Britânica). Também, a Visita de Estado da Rainha Elizabeth II em 1968 ao Brasil e a Visita de Estado do Presidente Geisel em 1976 ao Reino Unido são importantes marcos históricos. Documentos dos arquivos parlamentares britânicos mostram que as duas visitas foram vistas como oportunidades de promover tanto a reforma democrática no Brasil quanto acordos comerciais entre os dois países. Nesta mesma época, as igrejas desenvolveram um discurso público de ‘direitos humanos’. O trabalho do Cardeal Arns e o presbiteriano, Jaime Wright, é referência internacional ainda hoje sobre o período da ditadura militar. E, é muito difundida a idéia da igreja progressista no Brasil, com apoio ecumênico internacional. Mas, depois do Relatório Final da CNV, outras questões emergiram. Dom Helder Câmara (tão associado com a igreja progressista e secretário-geral da CNBB no momento do golpe militar de 1964) recebeu informes regulares do serviço de inteligência britânico. Por quê? E, mais importante para este artigo, qual era o papel das igrejas britânicas em relação à ditadura militar, particularmente as duas igrejas nacionais comprometidas com o movimento ecumênico internacional: A Igreja da Inglaterra (Anglicana) e a Igreja da Escócia (Presbiteriana)? Este artigo pretende elaborar esta perspectiva eclesiástica.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade. Governo Militar. Brasil. Reino Unido.

Relações Igreja-Estado.

¹ Este texto foi preparado para o III Congresso Internacional da Faculdades EST (12 à 16 de setembro de 2016). O tema geral do III Congresso é Reforma: Tradição e Transformação.

² Graham Gerald McGeoch é teólogo e pastor da Igreja da Escócia. Ele já trabalhou com a igreja na África, Europa e América Latina. É pastor de paróquia em Edimburgo, Reino Unido e membro da *Society for Latin American Studies* (uma associação britânica para pesquisa sobre América Latina) e da *Glasgow University Latin America Research Network* (uma rede interdisciplinar de pesquisa sobre América Latina na Universidade de Glasgow, Reino Unido).

Introdução

1964 a 1985: política, personalidades e governos

Em 2014, o governo brasileiro publicou o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. De acordo com o Relatório Final, “no tocante ao marco temporal, o legislador elegeu o período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, datas de promulgação de duas constituições democráticas” (CNV, 2014, p.41). Porém, também, o Relatório Final notou que, “a CNV concentrou seus esforços para o esclarecimento de graves violações de direitos humanos no período de 1964 a 1985, precisamente por haver identificado uma prática nesse sentido disseminada em larga escala pelo regime militar” (CNV, 2014, p.41).

O período 1964 a 1985 é o marco temporal para este trabalho. Assim, ele segue não só a concentração de esforços da CNV, mas também, segue o marco temporal do livro clássico do Thomas Skidmore sobre a política do regime militar no Brasil, *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85* (1988). Neste livro, Skidmore demonstra que o governo militar do Brasil tinha fases e ênfases diferentes. Ele usou as figuras dos presidentes para apresentar as fases diferentes do período do golpe, ou revolução, até a redemocratização do Brasil.

Nota-se, que também, no Reino Unido, o governo democrático mudou de partido e de primeiros-ministros no período 1964-1985. Não só diferenciavam-se em termos políticos, mas também, em termos religiosos. Edward Heath e Margaret Thatcher (primeiros-ministros do *Conservative Party* eram membros da Igreja da Inglaterra. James Callaghan foi criado na Igreja Batista e Harold Wilson era da Igreja Congregacional. Ou seja, os dois primeiros-ministros do *Labour Party* vieram da tradição cristã britânica chamada ‘*non-conformist*’ que foi influenciada pela vontade de uma reforma mais radical na linha dos princípios presbiterianos no século 16 na Inglaterra (HAZLETT, 2005, p.70). Enquanto os primeiros-ministros do Partido dos Conservadores pertenceram à igreja nacional.

No seu estudo (ainda não publicado), *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)* (2015), João Roberto Martins Filho aponta que em termos da “elaboração da política externa britânica... a postura do *Foreign Office* frente às denúncias

de tortura no Brasil parece contrariar a tese de que a diplomacia do *Labour* é substancialmente diferente da do *Conservative Party*, principalmente no que tange aos direitos humanos” (2015, p.3). Em outras palavras, de acordo com Martins Filho, a política externa do governo britânico no período 1964 a 1985 é conduzida pelo *Foreign and Commonwealth Office* (FCO) sem refletir necessariamente mudanças partidárias no governo britânico.

Martins Filho também aponta que o Presidente Geisel foi considerado “um homem de religião e de princípios” (2015, p.84) pelo embaixador britânico e que o FCO tinha uma impressão favorável da pessoa e do preparo do Presidente Geisel. Tais opiniões diplomáticas britânicas abriram espaço para o governo de Harold Wilson estender um convite ao Presidente do governo militar para fazer uma Visita de Estado ao Reino Unido em 1976. Geisel foi recebido por James Callaghan. Num governo democrático, com duas igrejas nacionais – a Igreja da Escócia e a Igreja da Inglaterra – ‘o princípio protestante’ não deve ser desprezado em relação às cortêsias estendidas ao Presidente Geisel, ainda que o governo britânico soubesse das torturas no Brasil, tendo inclusive chamando o governo militar do Brasil de ‘ditadura’.

A CNV e a ‘colaboração britânica’

O Relatório Final da CNV revela no capítulo 5 “a colaboração britânica” na organização do Ciex. “O próprio regulamento interno do Ciex (que até hoje permanece oculto) teve a contribuição de especialistas britânicos” (CNV, 2014, p.189). O Centro de Informações do Exterior (Ciex) foi criado pelo governo militar do Brasil em 1966 para a coleta e busca de informações. O Relatório Final disse que o Ciex foi responsável por, “à aquisição de informações com o uso de meios encobertos, não raro clandestinos” (CNV, 2014, p.179).

O Relatório Final nota que, “são antigos os rumores sobre uma possível colaboração entre o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e a inteligência britânica. Em pelo menos um caso, eles foram abonados pela pesquisa historiográfica posterior” (CNV, 2014, p.189). O próprio Relatório Final tenta basear esta afirmação na visita de Maurice Oldfield, diplomata britânico, ao Brasil em 1960. Não existe nenhuma referência no arquivo do MRE sobre a visita do Oldfield e o então primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, recusou responder à CNV sobre este ponto (CNV, 2014, p.190). A suspeita da CNV levanta-se porque

três anos depois da visita dele ao Brasil (não registrada nos arquivos públicos brasileiros ou britânicos), Maurice Oldfield se tornou chefe do Serviço de Inteligência Britânica – *M15*.

A falta de informação disponibilizada pelos dois governos, ao lado da falta de pesquisa acadêmica sobre a relação entre o governo militar do Brasil e os governos britânicos no período de 1964 a 1985 dificulta provar as suspeitas da CNV sobre a ‘colaboração britânica’ com a violação dos direitos humanos pelo governo militar no Brasil.

Porém, o trabalho da CNV interessou a mídia britânica. Em maio de 2014, a *BBC* entrevistou Álvaro Caldas, membro do Partido Comunista, que foi preso em 1970 e, novamente, em 1973. Ele foi torturado pelo que ele chamou de “sistema inglês”. O nome supostamente surgiu por causa da colaboração entre o Brasil e o Reino Unido (BUCHANAN, 2014). Também, depois da publicação do Relatório Final da CNV, o jornal britânico, *The Guardian*, citou o comentário do general Hugo de Andrade Abreu que disse que os militares brasileiros aprenderam com os ingleses (WATTS & ROCHA, 2014). “Em fins de 1970 enviamos um grupo de oficiais do I Exército à Inglaterra para aprender o sistema inglês de interrogatório. O método consiste em colocar o prisioneiro em uma cela sem qualquer contato com o mundo exterior” (CNV, 2014, p.334). E a CNV nota que o *Compton Report* de 1971 descreve as técnicas utilizadas pelas Forças Armadas britânicas, quando em conflito com o Exército Republicano Irlandês (IRA) (CNV, 2014, p.224) e que há relatos do uso dessas mesmas técnicas no Brasil no período do governo militar (CNV, 2014, p.336).

No entanto, os documentos e arquivos pesquisados pela CNV revela que o *M15* e o governo britânico colaboraram não só com o governo militar no Brasil, mas também, com a sociedade civil e igrejas brasileiras. Enquanto os diplomatas britânicos interpretaram o governo militar do Brasil em 1966 como “revolucionário” com uma ênfase em superar a crise econômica e consolidar as instituições novas em Brasília (FCO, 95/491), no início da década 1970, a opinião diplomática (em documentos internos secretos) já interpretou os governos militares do Brasil como “autoritários” e os diplomatas começaram procurar mais informações sobre violações de direitos humanos e tratamento de tortura de prisioneiros políticos no Brasil (FCO, 7 2205 FCO 7 3048).

Documentos do FCO mostram que, independentemente da embaixada, o *M15* operava não oficialmente no Brasil. Um dos principais métodos da operação do *M15* foi a divulgação dos relatórios do *Information Research Department* (IRD). De acordo com um documento da *FCO* de maio de 1969 o *IRD* tinha como objetivo no Brasil: “ajudar o Brasil

discretamente no campo da contra-subversão e influenciar pessoas do governo, sindicatos, escolas, universidades, forças armadas, organizações de mulheres, Igreja e Imprensa” (FCO, 95/491). Nas próprias palavras do relatório, a informação foi distribuída para a direita, o centro e a esquerda (em termos políticos). Os leitores dos relatórios do *IRD* foram diversos: “muitos arcebispos brasileiros (entre quais o Dom Helder Camara) e bispos são leitores do *IRD* tanto quanto padres de paróquia, professores jesuítas de escolas, e organizações sociais jesuítas” (FCO, 95/491). Novamente, nas próprias palavras dos arquivos, tal divulgação ajudou um professor jesuíta a combater opiniões comunistas entre estudantes e, num caso no Estado de Pernambuco, ajudou um padre a combater as ligas camponesas (FCO 95/491).

Dom Helder Câmara foi arcebispo de Recife e Olinda na época que recebeu os informes do *IRD*. Ele deixou de ser secretário-geral da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros em 1965, mas continuou a exercer grande influência entre os bispos brasileiros e foi ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo na ocasião da missa para Vladimir Herzog, jornalista morto pela tortura do governo militar (um marco histórico na luta das igrejas e sociedade civil contra a ditadura brasileira) (ROCHA, 1999). Dom Helder, também, foi secretário-geral da CNBB no momento do golpe militar em 1964. Os documentos e arquivos abertos ao público, à luz da CNV, permitem novas pesquisas sobre o arcebispo progressista tão associado com a “opção pelos pobres” da igreja brasileira e a teologia da libertação na América Latina, inclusive sua relação com os britânicos. Não devemos esquecer que foi a visita de Dom Helder ao Reino Unido em 1969 que instigou a carta aberta pela *Student Christian Movement* (SCM) [Movimento Estudantil Universitário] e o *British Council of Churches* (BCC) [Conselho Nacional de Igrejas Britânicas] denunciando a cumplicidade do governo militar do Brasil no assassinato de um auxiliar do arcebispo e os ataques à sua casa pastoral no nordeste brasileiro (MARTINS FILHO, 2015, p.21). Importante notar que pelo menos a partir de 1975, a CNBB informava os diplomatas britânicos sobre violações de direitos humanos pelo governo militar e tortura de prisioneiros políticos (MARTINS FILHO, 2015, p.148).

As igrejas britânicas e a defesa de direitos humanos no Brasil

Apesar da ação secreta do *MIS* e a ação discreta dos diplomatas britânicos no Brasil de 1964 a 1985, houve outras opiniões que contestaram a política externa britânica no Brasil. Em 1970 – na mesma época que os diplomatas britânicos no Brasil recusaram admitir

publicamente as possíveis violações de direitos humanos pelo governo militar no Brasil –, no parlamento britânico, Peter Archer perguntou ao primeiro-ministro, Edward Heath, sobre a prisão de brasileiros que discordaram das políticas do seu governo militar no Brasil:

§Mr. Archer Will the Prime Minister find another method of indicating to the Brazilian Government public disquiet in this country at the near-extinction of the Indian minority and the number of people imprisoned in Brazil simply because they disagree with the Government, or does the right hon. Gentleman accept no responsibility for international human rights obligations?

§The Prime Minister The Brazilian Government must be well aware of the reports which have appeared in the Press in this country and the attitude which has been taken on them, but it is a matter for which the Brazilian Government themselves must answer. (HC Deb 01 December 1970 vol 807 c1077 1077)

A pergunta de Peter Archer baseia-se em dois fatores. Primeiro, a mídia britânica já publicava matérias sobre a violação de direitos humanos no Brasil sob a influência da *Amnesty International*, *Oxfam*, *Student Christian Movement* e o *British Council of Churches*. Segundo, a sociedade civil britânica expressava inquietação sobre relatos de mais uma ditadura latino-americana violando os direitos humanos dos seus cidadãos. O caso do Pinochet no Chile, por exemplo, provocou muita reação no Reino Unido.

No parlamento, o Primeiro-Ministro foi evasivo na sua resposta sobre a responsabilidade do governo britânico em intervir (oficialmente) na soberania de outro governo, no caso do Brasil. Em 1972, o *Catholic Institute of International Relations* escreveu para o ministro do FCO, Alec Douglas-Home, para apelar ao governo britânico a investigar o tratamento (tortura) de prisioneiros políticos no Brasil (FCO 7 2205 FCO 7 3048). Douglas-Home foi avisado a responder que o governo britânico apoiava a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas ao mesmo tempo respeitava a soberania de outros governos.

O discurso de direitos humanos, que foi empregado pelo parlamentar Peter Archer e pelo *Catholic Institute of International Relations*, reflete o discurso usado pelas organizações da sociedade civil e das igrejas britânicas. David Lyon, em sua história da *Church of Scotland Overseas Council* no período 1947 a 1972, nota que a Igreja da Escócia e o *British Council of Churches* foram profundamente influenciados pela Conferência Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas em 1966 (LYON, 1998, p.236). E o livro *Brasil: Nunca Mais* (1985) relata, entre outras coisas, o compromisso do movimento ecumênico com os direitos humanos na segunda parte do século 20. Philip Potter, que foi secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), escreveu naquele livro: “Quando o Conselho

Mundial de Igrejas foi oficialmente inaugurado em 1948, seus membros fizeram uma clara declaração sobre direitos humanos” (1985, p.15). A Igreja da Escócia e a Igreja da Inglaterra foram membros fundadores do CMI. Em 1984, o Comitê Central do CMI fez uma declaração sobre a tortura sob o título, “Convenção contra a Tortura e outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante” (1985, p.16). Tanto a Igreja da Escócia quanto a Igreja da Inglaterra participaram do Comitê Central do CMI. O pano de fundo da declaração de 1984 foi a situação dos direitos humanos na América Latina, inclusive no Brasil.

Numa visita oficial ao Brasil em 1974, o Arcebispo da Cantuária, Michael Ramsey, líder da Igreja da Inglaterra, perguntou ao Presidente Geisel sobre o desaparecimento de uma professora (MARTINS FILHO, 2015, p.103). A informação foi repassada ao arcebispo pelo Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales. Por sua vez, o arcebispo repassou a informação aos diplomatas britânicos no Brasil que lamentaram que poderiam fazer muito pouco. Por isso, Ramsey levou a informação e a pergunta diretamente para o Presidente Geisel durante um encontro pessoal. Este exemplo pequeno mostra que a Igreja da Inglaterra, apesar de ser ‘igreja nacional’ da Inglaterra com uma relação privilegiada em assuntos de Estado com o governo britânico nem sempre seguia a política externa do governo britânico. Deve-se lembrar que vários diplomatas britânicos não queriam pressionar o governo militar do Brasil sobre desaparecimentos, tortura e violação de direitos humanos porque acreditaram que iam causar mais dificuldade e repressão no Brasil. (FCO 95 491). A participação das igrejas britânicas nacionais no movimento ecumênico, e a abertura de relações entre as igrejas protestantes e católicas romanas depois do Vaticano II, também influenciaram as políticas das igrejas britânicas. A Igreja da Escócia e a Igreja da Inglaterra comprometeram-se com um forte discurso a favor dos direitos humanos ainda em oposição, às vezes, à política do seu próprio governo.

Novamente, no parlamento britânico em 1976 – em relação à Visita de Estado do Presidente Geisel ao Reino Unido, o Primeiro-Ministro foi questionado sobre direitos humanos no Brasil:

§Mr. Ernest G. Perry asked the Prime Minister whether he discussed the question of human rights with President Geisel of Brazil during his recent State visit to this country.

§The Prime Minister Yes. In the course of my discussions with President Geisel I made clear to him the strong feelings that exist in this country on the question of human rights (HC Deb 24 May 1976 vol 912 c60W 60W)

A resposta do Primeiro-Ministro, James Callaghan, diferencia-se da resposta do primeiro-ministro, Edward Heath em 1970, sobre a questão da violação dos direitos humanos no Brasil. Callaghan, por causa da crescente oposição britânica na sociedade civil e nas igrejas contra a violação dos direitos humanos e as notícias sobre a tortura de prisioneiros políticos no Brasil, viu-se obrigado a conversar com o Presidente Geisel sobre o assunto durante a sua Visita de Estado ao Reino Unido. Também, Martins Filho, cita que, “A 24 de março de 1976, Callaghan recebeu, já como primeiro-ministro, sua primeira denúncia de tortura no Brasil. Encaminhada por um parlamentar de seu partido, Arthur Latham” (2015, p.172). Diferentemente de 1970, já em 1976, o governo britânico sentiu-se numa posição de interferir publicamente na soberania de outro governo onde os direitos humanos foram violados.

Direitos Humanos e Comércio Livre: Igrejas, Sociedade Civil e Governos

A influência britânica na América Latina foi baseada no comércio internacional e investimento (*trade and investment*), e no século 19, o Reino Unido foi o poder preeminente na região (BULMER-THOMAS, 1989, p.ix). O Reino Unido era acostumado a ser o poder econômico e político dominante na América Latina, como em outras regiões do mundo. No século 20, os Estados Unidos da América superaram o Reino Unido como poder dominante na região e o Reino Unido, que perdeu seu império e entrou na União Europeia na segunda metade do século 20, se tornou uma influência periférica na América Latina.

No Brasil, como no resto da América Latina, o governo britânico privilegiou relações comerciais. Ainda quando o Reino Unido quase abandonou relações com o Brasil e a América Latina na segunda parte do século 20, a relação econômica continuou a ser privilegiada em assuntos de Estado. Apesar do Brasil ser governado pelos militares num governo cada vez mais autoritário e repressor da população, o governo britânico continuou a insistir que qualquer relação com o governo brasileiro fosse baseada na promoção de acordos comerciais para beneficiar a economia britânica.

Em 1968, a Rainha Elizabeth II fez uma Visita de Estado ao Brasil. Ela foi recebida pelo Presidente Costa e Silva. Poucos dias depois da Visita de Estado, no parlamento britânico, Gordon Oakes perguntou à secretária para o comércio britânico, Gwyneth Dunwoody, sobre o Brasil:

§Mr. Oakes asked the President of the Board of Trade whether any special arrangements are being made to increase British exports to Brazil.

§Mrs. Gwyneth Dunwoody Brazil is one of the important targets in Latin America and British exporters are being especially encouraged to seek orders there. My right hon. Friend will be opening a major British Industrial Exhibition in Sao Paulo next March. Very large loans and lines of credit have recently been made available by British banks with the support of E.C.G.D. for exports to Brazil. (HC Deb 27 November 1968 vol 774 cc129-30W)

Os acordos comerciais e de investimento eram a prioridade do governo britânico durante Visitas de Estado pela Rainha. Isto ajuda a explicar uma certa reserva quanto aos diplomatas britânicos em relação às notícias sobre a violação dos direitos humanos pelo governo militar do Brasil. A diplomacia britânica, até aquele momento, não havia desenvolvido um discurso de direitos humanos em termos de relações entre governos. O foco sempre foi a economia e o comércio.

O surpreendente da CNV é que os documentos e arquivos mostraram quanto a diplomacia britânica foi ativa no Brasil, num país onde o Reino Unido há tempo havia perdido sua influência. Porém, o foco na ‘colaboração britânica’ apontado pela CNV, pode simplesmente ter a explicação que o governo britânico, à luz das suas prioridades econômicas e comerciais, viu uma oportunidade de vender inteligência, estratégia e equipamento militar britânico para um governo que combatia o grande inimigo do mundo ocidental daquela época: o comunismo.

No livro, *For all Peoples and All Nations*, John Nurser documenta o trabalho das igrejas em prol da Declaração Universal de Direitos Humanos: “as igrejas protestantes do movimento ecumênico contribuíram significativamente... às Nações Unidas e sua ‘alma’ de direitos humanos (Tradução nossa)” (NURSER, 2005, p.172). Em outras palavras, no período em que o governo britânico tentava reiniciar relações com o Brasil através de Visitas de Estado para promover acordos comerciais, e na mesma época em que o Brasil foi governado por um governo militar com crescente documentação disponível sobre a violação de direitos humanos, as igrejas nacionais do Reino Unido se esforçaram para criar um discurso internacional de direitos humanos. Este discurso contrariava a política externa do próprio governo do Reino Unido naquela época.

As igrejas nacionais britânicas não viram no Brasil um país para promover comércio livre, mas, sim, um país para promover os direitos humanos como modo de difundir o desenvolvimento sustentável que ia ajudar o Brasil a superar os problemas associados com a

pobreza. Tanto os governos britânicos quanto as igrejas britânicas conduziram políticas externas no Brasil com alvo de melhorar a vida do povo brasileiro. Os métodos foram simplesmente diferentes. O governo britânico preferiu acordos de comércio livre; as igrejas britânicas preferiram o discurso de direitos humanos. Os dois métodos não preveniram o governo ou igrejas de interagir com o governo militar do Brasil. E, a ação dos dois, reconhecemos é apenas um rodapé na história do governo militar do Brasil.

A igreja no Brasil, e a sociedade civil brasileira, junto com os sindicatos e partidos políticos foram fundamentais à negociação da entrada da democracia no Brasil que abrangia o discurso de direitos humanos e a promoção de acordos de comércio livre. Este legado – democracia, direitos humanos e uma economia capitalista – perdura até hoje no Brasil, e também, no Reino Unido.

Considerações finais (e futuras pesquisas)

Na conclusão ao seu estudo, João Roberto Martins Filho nota que, “Surpreendentemente, a investigação revelou não apenas a recusa do *Foreign Office* em aceitar a realidade da tortura no Brasil, mas o segredo maior da relação entre os dois países no período 1969-1976: a participação direta da Grã-Bretanha na construção do sistema de tortura, nunca suspeitada pela própria Anistia Internacional” (2015, p.217). Martins Filho analisou documentos da CNV, do *FCO* e da Anistia Internacional e traçou o discurso emergente de violação de direitos humanos pelo governo militar no Brasil. Ele destacou a recusa do *FCO* e o governo britânico a admitir publicamente (até meados da década 1970) a tortura e violação de direitos humanos documentadas no Brasil. Já, desde 1969 a mídia britânica, as igrejas nacionais e a sociedade civil britânica pressionavam o governo britânico sobre a tortura e violação de direitos humanos no Brasil. E, é notável o silêncio até hoje do governo britânico em comentar sobre sua possível colaboração com o governo militar do Brasil entre 1964 e 1985.

A CNV e os documentos e arquivos abertos mostram que o *MIS* e os diplomatas britânicos colaboraram com um número de pessoas e grupos abrangentes no período do governo militar. Os informes britânicos do *IRD* circulavam quase ‘livremente’ entre figuras do governo militar do Brasil e outras lideranças da direita, do centro e da esquerda em termos políticos. O Reino Unido procurava assegurar influência no Brasil para melhorar suas exportações. A economia foi uma prioridade não só para o governo militar do Brasil, mas

também pelos governos sucessivos do Reino Unido. Os acordos livres de comércio foram vistos como motor principal das relações externas entre os Estados britânico-brasileiro.

Porém, outro foco das relações entre o Brasil e o Reino Unido surge da documentação da CNV e do estudo do Martins Filho. Como nem toda população brasileira concordava com seu governo militar, nem toda população britânica concordava com a prioridade comercial em construir uma política externa do seu governo. A igreja do Brasil (com lideranças como Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright) interagiu com os diplomatas britânicos, igrejas britânicas e o movimento ecumênico. Esta perspectiva das igrejas nacionais – a Igreja da Escócia e a Igreja da Inglaterra – permitiu um espaço de diálogo e troca de informações sobre tortura e violação de direitos humanos que visava uma política externa mais atenta aos direitos humanos. As igrejas nacionais, entre outros grupos da sociedade civil britânica, não mostraram interesse econômico no Brasil, diferentemente dos seus governos.

O Relatório Final da CNV abre muitas perguntas e perspectivas de futuras pesquisas sobre a relação entre o Brasil e o Reino Unido entre 1964 e 1985. O foco de pesquisa sobre relações entre governos, diplomatas e serviços de inteligência quase sempre vai ganhar mais espaço, mas outros também contribuíram à relação entre os dois países. Este pequeno trabalho pretendia levantar o caso das igrejas nacionais britânicas – herdeiras da reforma protestante europeia – e sua política externa de direitos humanos desenvolvida no berço do ecumenismo do século 20. É outro ângulo de relações Igreja-Estado e relações internacionais.

Referências

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUCHANAN, Emily. “How the UK taught Brazil's dictators interrogation techniques”. 2014. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-27625540>. Acesso em: 06/06/2016.

BULMER-THOMAS, Victor (org). *Britain and Latin America: a changing relationship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GREEN, Graham. *Our Man in Havana*. London: Vintage Books, 2001.

Hansard Online <www.hansard.parliament.uk> Acesso em 06/06.2016.

- HAZLETT, W. Ian. P. *The Reformation in Britain and Ireland*. London: T & T Clark, 2005.
- LYON, David. H.S. *In Pursuit of a Vision*. Edinburgh: Saint Andrew Press, 1998.
- NURSER, John. *For all Peoples and All Nations*. Geneva: WCC Publications, 2005.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*. São Carlos: mimeografia não publicada, 2015.
- Relatório da Comissão Nacional de Verdade. <www.cnv.gov.br> Acesso em 06/06/2016.
- ROCHA, Zildo (org.). *Helder, O Dom*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SKIDMORE, Thomas. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*. New York: Oxford University Press, 1988.
- WATTS, Jonathan & ROCHA, Jan. "Brazil president weeps as she unveils report on military dictatorship's abuses". 2014. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/dec/10/brazil-president-weep-report-military-dictatorship-abuses>. Acesso em: 06/06/2016.